

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.930 - RJ (2019/0247891-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**OUTRO NOME** : **TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADO** : **JOAQUIM MIRO - PR015181**  
**ADVOGADOS** : **ANA TEREZA BASILIO - RJ074802**  
: **BRUNO DI MARINO - RJ093384**  
: **GABRIELA DE DEUS ANDRADE FERREIRA DIAS - RJ160394**  
: **LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402**  
**AGRAVADO** : **ADILSON ELIAS ROSÁRIO**  
**AGRAVADO** : **GERALDO ROBERTO DE ASSIS**  
**AGRAVADO** : **VILSON CANDIDO DOS SANTOS**  
**AGRAVADO** : **ADELICIO MELLO**  
**AGRAVADO** : **ANTONIO CARLOS DE ASSIS GOMES**  
**AGRAVADO** : **DANIEL ELIAS DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO** : **REGINA CELIA SILVA DE CARVALHO**  
**AGRAVADO** : **ALTAIR CANDIDO SOARES**  
**AGRAVADO** : **VALDAIR DA SILVA BITTENCOURT**  
**AGRAVADO** : **LILIAN DA FONSECA ARAUJO**  
**ADVOGADO** : **MURILO VOUZELLA DE ANDRADE - RJ091262**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PLANO DE EXPANSÃO COM AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA E AÇÕES. PEDIDO FORMULADO PELOS AUTORES NO SENTIDO DE CONDENAR A TELEMAR, COMO SUCESSORA LEGAL DA TELERJ, A SUBSCREVER CORRETAMENTE AS AÇÕES FALTANTES, OU CONVERTER A OBRIGAÇÃO DE FAZER EM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA, CORRIGIDA MONETARIAMENTE, ACRESCIDA DE JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS, HIPÓTESE QUE ACARRETA O PAGAMENTO DE DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E BONIFICAÇÕES, BEM ASSIM, PEDIDO DE EXIBIÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE EM PARTE OS PEDIDOS, CONDENANDO A TELEMAR A EXIBIR NÃO SOMENTE OS CONTRATOS FIRMADOS, COMO TAMBÉM OS LIVROS SOCIETÁRIOS RELACIONADOS À CONTRATAÇÃO; CONDENANDO À OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR AOS AUTORES EVENTUAIS AÇÕES SUPLEMENTARES EM RAZÃO DE INCORRETA SUBSCRIÇÃO, TUDO A SER APURADO POR PROVA PERICIAL EFETIVADA DURANTE A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA; NÃO SENDO POSSÍVEL A ENTREGA DAS AÇÕES FALTANTES E CONVERTIDA A OBRIGAÇÃO DE FAZER EM*

INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA, DEVERÃO SER PAGOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E BONIFICAÇÕES, COM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, JUROS COMPENSATÓRIOS DESDE A DATA EM QUE AS AÇÕES DEVERIAM TER SIDO SUBSCRITAS INTEGRALMENTE, E INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA DESDE A CITAÇÃO. APELO INTERPOSTO, ALEGANDO-SE PRESCRIÇÃO, PRELIMINARES (ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA, FALTA DE INTERESSE DE AGIR) E QUESTÕES OUTRAS, DE CUNHO PROCESSUAL E DE MÉRITO, VISANDO A REFORMA DA SENTENÇA PARA JULGAR A IMPROCEDÊNCIA IN TOTUM DOS PEDIDOS. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

1- O exame da alegação de prescrição vintenária em relação a 02 (dois) contratos restou prejudicado, porquanto não foram eles incluídos no rol discriminado pelos próprios Autores/Apelados no corpo da petição inicial;  
2- Preliminar de ilegitimidade ativa que não se verifica, uma vez que os Autores/Apelados venderam e/ou leilaram suas respectivas ações quando já subscritas por eles.

3- Preliminar de ilegitimidade passiva que não se impõe, tendo o STJ, em recurso repetitivo, já decidido pela sua rejeição e se posicionado no sentido de que a Apelante/Ré, Telemar, de fato, é quem deve figurar no polo passivo neste tipo de demanda.

4- Preliminar de falta de interesse de agir, suscitada inicialmente na contestação sob fundamento diverso daquele suscitado nas razões de Apelo, configurando inovação recursal que, como se sabe, é iniciativa reprovada pelo ordenamento jurídico processual civil.

5-A aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à temática debatida nestes autos é questão pacificada pela jurisprudência.

6- Não se observa no caso concreto a ausência de comprovação do fato constitutivo do direito dos demandantes, porquanto há nos autos elementos probatórios suficientes a demonstrar que os Autores/Apelados foram assinantes de linhas telefônicas, ostentando, em decorrência, a condição de acionistas.

7-A multa cominatória imposta para o eventual descumprimento da ordem de exibição de documentos é descabida (Súmula 372 do STJ), seja em sede de exibição cautelar ou incidental. Contudo, remanesce para a Apelante/Ré a obrigação da exibição da documentação determinada na sentença, ainda mais pela subsunção da matéria aqui discutida às normas consumeristas, sendo certo que qualquer alegação no sentido de não ser possível o seu cumprimento deverá submetida ao crivo do magistrado que vier a presidir a liquidação de sentença.

8- Somente os contratos que foram arrolados pelos Autores/Apelados no corpo da petição inicial compõe a relação de direito material travada nestes autos.

9- Certo é que as emissões das ações com base em portarias ministeriais conduziram a uma equivocada subscrição de ações, causando prejuízos aos assinantes/acionistas que, assim, têm o direito à complementação aqui postulada. A quantidade de ações ainda devidas aos contratantes/Autores corresponderá ao valor patrimonial na data da integralização (pagamento do preço com base no balancete mensal aprovado). Nos casos de parcelamento do desembolso, o valor patrimonial será definido com base

*no balancete do mês do pagamento da primeira parcela.*

*10- Havendo a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, consecutivamente, terão os Autores/Apelados direito ao recebimento de dividendos, juros sobre o capital próprio e bonificações, pedidos por eles formulados na petição inicial. A prescrição em relação ao direito de recebimento de dividendos (alínea 'a' do inciso II do artigo 287 do Código Civil) tem como seu passo inicial o momento em que for reconhecido o direito à complementação acionária, o que ainda não ocorreu in casu. A quantia devida a título de dividendos se limitará ao período entre 'a data em que as ações deveriam ter sido subscritas até o trânsito em julgado do processo de conhecimento', sofrendo, ademais, a incidência de correção monetária " desde a data do vencimento da obrigação, nos termos do art. 205, § 3º, Lei 6.404/76 e juros de mora, desde a citação' (REsp nº 1.301.989/RS), podendo o seu recebimento ser cumulado com o recebimento de juros sobre capital próprio.*

*11- Os critérios que devem nortear a eventual conversão do resíduo acionário em perdas e danos já foram fixados pela jurisprudência: 'Converte-se a obrigação de subscrever ações em perdas e danos multiplicando-se o número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação de complementação de ações, com juros de mora desde a citação'.*

*12- O cálculo do valor indenizatório levará em consideração os grupamentos acionários.*

*13- É possível a incidência de juros compensatórios no caso específico, mesmo sem previsão contratual, anteriormente à conversão das ações em perdas e danos, consoante construção jurisprudencial (REsp nº 1.157.444/MS), bem como é possível, nesse mesmo período, conviverem aqueles juros com correção monetária, por terem finalidades distintas.*

*14- PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO para: 1) declarar que somente os contratos ínsitos pelos Autores/Apelados no corpo da petição inicial fazem parte da presente relação material; afastar a aplicação da multa moratória pela não exibição da cópia dos contratos de participação financeira arrolados na exordial, bem assim dos livros societários; determinar que o cálculo do valor indenizatório leve em consideração todos os grupamentos acionários ocorridos até a data do trânsito em julgado" (fls. 1.905/1.907 e-STJ).*

No recurso especial, foi alegada, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts 100, §1º, da Lei nº 6.404/1976.

Sustenta que tem aplicação a Súmula nº 389/STJ, já que a parte recorrida não apresentou pedido administrativo prévio.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Quanto à falta de interesse de agir por falta do requerimento administrativo, o acórdão afirmou que se tratou de inovação recursal, já que inicialmente, a recorrente alegou, a esse respeito, que

*"Resta evidente, pois, a ausência de interesse de agir da parte autora e a impossibilidade jurídica de seu pedido, pois a sua procedência pressupõe necessariamente a anulação das referidas deliberações assembleares, o que não foi requerido na petição inicial.*

*(...)*

*Desse modo, não foi dada aos Autores a oportunidade de, seja juntamente com a Réplica ou quando instados a apresentar prova, eventualmente colacionar aos autos requerimento feito na via administrativa, assim como não foi submetido ao magistrado da causa a referida preliminar pelo argumento exposto nas razões recursais"* (fl. 1.923/1.925 e-STJ).

No entanto, tal fundamento não foi objeto de impugnação pela recorrente, atraindo a incidência da Súmula nº 283/STF, aplicada por analogia: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). FUNDO DE INVESTIMENTO PRIVADO. RECURSO ESPECIAL QUANTO À ALÍNEA 'A' DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIDO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PERTINENTE E NÃO ATACADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 283/STF. RECURSO ESPECIAL QUANTO À ALÍNEA 'C'. NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.*

*1. A não impugnação de fundamentos do acórdão recorrido suficientes para a sua manutenção acarreta o não conhecimento do recurso especial. Incidência, por analogia, do Enunciado n.º 283 do STF.*

*(...)*

*5. O agravante deve atacar, de forma específica, os argumentos lançados na decisão combatida, sob pena de vê-la mantida.*

*4. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO."*

(AgInt no REsp 1.449.334/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 13/10/2016)

*"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA DO STF. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC/73. NÃO APLICAÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. NÃO PROVIMENTO.*

*(...)*

*2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.*

*3. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.*

*(...)*

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

*(AgInt no AREsp 1.044.393/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017)*

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. NÃO-REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO.*

*1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido que são suficientes para mantê-lo enseja o não-conhecimento do recurso. Incidência da Súmula n. 283 do STF.*

*2. (...)*

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1.109.816/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2009, DJe 15/06/2009)*

Assim, percebe-se não haver relação entre o disposto no artigo da lei federal apontado como violado e o teor do acórdão recorrido, inviabilizando-se, desse modo, a compreensão da controvérsia posta nos autos.

Consectariamente, incide a Súmula 284/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 12,5% (doze e meio por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília-DF, 04 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator